

DESENVOLVIMENTO E FELICIDADE

José Dalmo Silva de Souza

Professor no Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação (Daced) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – PROLAM. Bacharel em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: joseds@unijui.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2952-7143>

Dieter Rugard Siedenberg

Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijuí. Doutor em Geografia Econômica pela University of Tübingen. Mestre em Planejamento Regional pelo Karlsruher Institut für Technologie. Bacharel em Ciências Contábeis pela Unijuí.

E-mail: dieters@unijui.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3303-1888>

Como citar este artigo: Souza, J. D. S. de, & Siedenberg, D. R. (2021). Desenvolvimento e felicidade. *Revista de Economia Mackenzie*, 18(esp.), 155-175. doi:10.5935/1808-2785/rem.v18nespp.155-175

Recebido em: 13/2/2021

Aprovado em: 31/5/2021



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Resumo

Necessidades podem ser espirituais, materiais não econômicas e materiais econômicas. A variável bem-estar individual depende de fatores tangíveis e intangíveis. Economia estuda o desafio do homem em satisfazer necessidades econômicas infinitas com uma produção finita. Aborda as escolhas exigidas. Toda ação é gerada por uma paixão e guiada pela razão. Ação é precedida de cálculo. Felicidade é um estado de bem-estar que transcende o escopo da razão econômica. A ação do indivíduo de defender interesses coletivos é a ação que otimiza a defesa do próprio autointeresse. A economia e a política podem ser concebidas como sistemas sociais autopoieticos formados a partir da diferenciação funcional do sistema social. Decisões políticas sobre alocação de recursos econômicos trazem resultados na esfera social. Decisões sobre produção implicam a percepção social qualitativa do resultado no bem-estar. Desenvolvimento não pode gerar felicidade, mas fornece base imprescindível.

Palavras chave: Bem-estar; desenvolvimento; economia; felicidade; necessidades; cálculo econômico.

Classificação *JEL*: A1 e A13.

1 INTRODUÇÃO

O ideal da ciência é a elevação das condições de existência humana. Para a Economia, isso se traduz em melhorias das condições materiais e concretiza-se na satisfação de suas necessidades por meio do consumo de produtos. Durante o século XX, a melhoria das condições materiais da vida passou a não ser suficiente e formou-se novo paradigma. Importava ao homem a felicidade. Passou a ser o objetivo do ser humano empreender busca e lograr êxito em obtê-la ou construí-la. No entanto, a explicação e a busca da felicidade têm se dado à margem da contribuição da economia, ainda que por meio de alguns economistas a própria Ciência Econômica tenha abordado o tema. Cada vez mais se opõem conceitos como crescimento e desenvolvimento, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico e desenvolvimento e felicidade.

No entanto, segundo Porter (2011), mesmo depois de Robert Kennedy e seu discurso de que o produto interno bruto (PIB) mede tudo, menos o que faz a vida valer a pena, apesar do fato de que o reino do Butão instituiu um

índice de felicidade bruta nacional e, ainda, que os laureados com Nobel de Economia Amartya Sen e Joseph Stiglitz tenham sido recrutados pelo presidente francês Nicolas Sarkozy para a elaboração de um estudo de medição do bem-estar das pessoas, tem se consolidado na vida humana a certeza de que um PIB grande é melhor do que um PIB pequeno. Essa ideia se apoia na constatação de que, enquanto nações pobres querem aumentar seu acesso a bens e serviços, nações afluentes não renunciam a seu padrão de consumo e no fato de que bilhões de pessoas em todo o mundo despendem tempo e energia buscando aumentar sua riqueza. Melhores perspectivas econômicas incrementam o bem-estar e, assim, é mais provável que as pessoas fiquem mais felizes. A Ciência conseguiu avançar nesse tema até o ponto de diagnosticar que, embora bem-estar econômico não seja sinônimo de felicidade, ainda assim existe relação direta de causa e efeito entre essas variáveis. Embora se constate que pessoas felizes sejam mais produtivas, maior produção de bens e serviços é uma das principais bases para a felicidade se apoiar e florescer. De acordo com a ciência, a base da vida é material e, para o organismo humano, seu bem-estar subjetivo, medido por psicólogos e economistas, compreende três partes: “satisfação, usada para captar o modo como as pessoas julgam suas vidas, medida em relação às suas aspirações; sentimentos positivos, como alegria; e a ausência de sentimentos negativos, como a raiva” (Porter, 2011, p. 65).

Embora a base material do bem-estar econômico e da paz social resista às críticas contra o materialismo ao não se compreender o limite entre a base de sustentação da felicidade e a própria felicidade, existe uma confusão mental devido ao uso de conceitos ambíguos e difusos que só se agrava: como as pessoas desejam a felicidade e a busca de bem-estar material não garante isso, elas rejeitam o materialismo sem, no entanto, renunciarem ao bem-estar, que é, por sua vez, também material. Com isso, desvinculam-se da retórica bem-estar material e felicidade. Isso, por consequência, fortalece a ideia popular de que existe uma separação entre o econômico e o que realmente importa, a felicidade individual e coletiva que deveria ser obtida pelo desenvolvimento. Evidentemente, nesses moldes, desenvolvimento não é um processo econômico, mas, sim, um outro tipo. Vítimas importantes do poder dessa falácia, como Robert Kennedy e Nicolás Sarkozy, popularizaram esse falso dilema entre uma plateia global. Discussões sobre processos de desenvolvimento em geral seguem o seguinte roteiro: nega-se o aspecto econômico e enfatiza-se a importância do desenvolvimento social. A seguir, caracteriza-se o desenvolvimento por meio de uma série de dados reconhecidos pelos próprios interlocutores como econômicos. De algum lugar dentro, sobre, embaixo ou ao lado dessas informações, emergiria o desenvolvimento social e, com esse, a felicidade.

Quando se relaciona bem-estar material com desenvolvimento e se vincula desenvolvimento com felicidade, surge a constatação de que não há felicidade para todos, pois o planeta não suporta o padrão de consumo dos Estados Unidos uniformemente para todos os países. Não há recursos suficientes. Em algumas pessoas, tal pensamento desencadeia perspectivas de autonomia e luta contra os “outros”, sejam os abastados ou os desprovidos; alternativamente, surge também o sentido de necessidade urgente de uma forma de pensar mais voltada para o “outro”. Então, os fatos são negados e novas perplexidades são construídas: bem-estar material é dissociado do conceito de desenvolvimento e felicidade é vinculada a desenvolvimento social. Com isso, conclui-se que felicidade não é fruto do desenvolvimento econômico. Essa conclusão, por sua vez, enseja outra, a de que a felicidade pode ser buscada sem o concurso do desenvolvimento econômico. Dissociar bem-estar econômico de desenvolvimento e vincular desenvolvimento social à felicidade são erros mais comuns que o desejável, mas nem por isso menos graves que associar bem-estar econômico à felicidade e exigir que a economia dê conta do mecanismo da promoção da felicidade das pessoas, extrapolando, assim, o que se pode esperar dessa ciência.

Este texto tem como objetivo discutir a impropriedade de se identificar o conceito de felicidade com os processos ou resultados do desenvolvimento. Para isso, abordamos a questão das controvérsias sobre conceitos de desenvolvimento e localizamos as polarizações em torno das definições de desenvolvimento e crescimento econômicos, bem como de desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Epistemologicamente, neste trabalho, a economia é tratada como ciência abstrata de cunho apriorístico. Pesquisa bibliográfica foi o método de investigação privilegiado.

2

A VIDA É ECONÔMICA

Bem-estar é a situação de satisfação de necessidades experimentada pelo indivíduo. O homem detém a capacidade de perceber a existência de estados de bem-estar superiores àquele de que desfruta no atual momento. Chamamos de necessidade essa defasagem nos estados de bem-estar. As pessoas retiram energia do ambiente para suprirem suas necessidades. Isso é economia. As necessidades do homem são de ordens espiritual e material. Entre as necessidades materiais, encontram-se aquelas que são passíveis de serem satisfeitas

mediante a obtenção de algo por meio de um processo de produção com utilização de recursos, que são denominadas econômicas. O termo utilidade designa a capacidade que os produtos têm de satisfazer necessidades. Assim, essa energia que o homem captura e utiliza para a sustentação de sua vida – luta contra a entropia (Schrödinger, 1997) –, bem como para a elevação de sua qualidade de vida, é realizada por meio do uso de produtos. O homem mantém sua vida e melhora suas condições por meio da extração de *utilidade* dos produtos.

As necessidades econômicas são infinitas, pois não podem ser enumeradas exaustivamente e jamais são – de modo permanente – plenamente saciadas. Ao contrário, os recursos disponíveis para produção de bens e serviços são finitos e insuficientes conquanto se prestem a usos alternativos. O ser humano tenta satisfazer necessidades infinitas com uma produção finita realizada por meio de recursos finitos e isso impõe tomada de decisões. O homem deve escolher quais bens serão produzidos e quais necessidades serão satisfeitas. Dada a escassez dos recursos, surge um dilema fundamental e em qualquer sociedade uma escolha é exigida: recursos devem ser direcionados para eliminar necessidades consideradas prioritárias e as demais ficam não satisfeitas ou, alternativamente, os recursos devem ser usados para fabricação de produtos destinados às necessidades de pessoas consideradas prioritárias, com o restante dos indivíduos permanecendo com suas carências insatisfeitas. As categorias puras dos termos do dilema econômico fundamental representam condições extremas. Em geral, há uma acomodação intermediária em que categorias de pessoas são prioritárias e, ao mesmo tempo, o restante dos indivíduos escolhem suas prioridades. Independentemente de sua resolução, observa-se na dicotomia que fazer escolhas está no cerne da questão econômica e que não existe bem-estar sem o concurso dos produtos.

Como todas as pessoas desejam melhorar suas condições de vida (Mises, 2017; Hoppe, 2010), a busca pela elevação de seu nível de bem-estar é considerada o autointeresse dos indivíduos. Para isso, o ser humano usa a riqueza. Essa é representativa de seu nível de bem-estar porque, por um lado, a satisfação atual de necessidades é garantida pelos bens de que dispõe e, da mesma maneira, moeda e títulos potencialmente lhe garantem acesso futuro aos produtos desejados. Ao observar a própria situação, o indivíduo tem a percepção de que poderia melhorar sua condição e decide agir. Não existe ação que não seja orientada por um objetivo (Mises, 2017) e toda ação é precedida por um cálculo que visa a otimizar a decisão de melhorar a situação de vida ao obter o máximo de benefício com o mínimo de sacrifício. Segundo Hume (2009, p. 451), paixão é uma existência original ou uma modificação da exis-

tência, uma vez que não contém nenhuma qualidade representativa que a torne cópia de outra existência ou modificação. Logo, essa percepção do estado de bem-estar que designamos necessidade é uma paixão – um julgamento interno em termos de sentimento determina a ação. O indivíduo constrói mentalmente um rol de ações que poderia levá-lo a essa melhor situação, descartando imediatamente aquelas que se afiguram impossíveis diante dos recursos de que dispõe para a tarefa; exclui também aquelas que lhe proporcionariam menores acréscimos de satisfação comparativamente às demais. Empreende, então, cálculo de estimativa de custo-benefício para cada alternativa selecionada. Da comparação entre as expectativas líquidas do conjunto, é identificada a opção que otimiza a ação e fornece o maior nível de satisfação *vis a vis* o menor custo. Esse cálculo automático é realizado com informações disponíveis e julgamentos de valor do próprio indivíduo.

Embora o cálculo econômico seja mensurado em unidades de utilidades, pois gera variação no estoque de bem-estar preexistente, o resultado pode ser expresso em termos monetários referentes à aquisição de produtos no mercado. A variação de bem-estar e, portanto, do nível de afluência do indivíduo, é a medida da variação de sua riqueza. O homem econômico é definido como motivado pela busca de riqueza em sentido pecuniário enfrentando duas dificuldades inerentes, quais sejam, o desejo de satisfação de indulgências dispendiosas, pois prefere o produto ao dinheiro, e a aversão ao trabalho, pois prefere o ócio ao esforço (Mill, 1974). A variável bem-estar do indivíduo no tempo sofre influência de três grupos de elementos (Filellini, 1990). O primeiro contém elementos pessoais. Produtos consumidos elevam o bem-estar. Falta de condições para obter produtos tanto dificulta a elevação do bem-estar quanto também o reduz. A riqueza financeira *per se* é um ativo, pois a moeda representa satisfação atual de necessidades por sua liquidez e os títulos, pela capacidade de render juros, fornecem uma sensação de redução da incerteza quanto ao futuro. Maior riqueza financeira também eleva o bem-estar individual pela sensação de sucesso profissional e reconhecimento social. Já o lazer é a manifestação da aversão ao trabalho. Horas de lazer elevam o bem-estar. Entretanto, há um ponto de inflexão a partir do qual o lazer passa a ser visto como deletério ao objetivo de acumular riqueza. Ao segundo grupo, pertencem elementos compartilhados pelo indivíduo e os demais. A oferta de bens pelo governo se viabiliza especialmente pela tributação. Pagamento de tributos reduz o bem-estar individual e a oferta do produto pelo governo aumenta o bem-estar da sociedade. A troca entre tributação e oferta pública de bens não constitui um ato voluntário. Como o melhor juiz de suas preferências é o próprio indivíduo, a mera existência da imposição implica redução de bem-

-estar pela perda de liberdade. A esse pano de fundo deve ser colocado o resultado líquido de mudança de bem-estar causado pela oferta do bem pelo setor público.

Em terceiro lugar, o bem-estar individual também é influenciado pelo bem-estar das outras pessoas. O padrão de vida desfrutado pela comunidade afeta a percepção da qualidade de vida do indivíduo. Defasagens entre os níveis de bem-estar individual e do grupo podem despertar sentimento de dever da comunidade quanto à correção dessas desigualdades, acarretando exigência de contribuição pecuniária compulsória. Quando existe defasagem de padrão de vida, o sentimento de injustiça reduz ainda mais o bem-estar do indivíduo de menor *status*. Entretanto, o sentimento de dever cumprido, bem como a filantropia, a demagogia e a hipocrisia, elevam o bem-estar daqueles que já desfrutam de maior nível de bem-estar. A possibilidade de as desigualdades nos níveis de bem-estar provocarem conflitos sociais, além de induzirem elevação de gastos em equipamentos e serviços de proteção, também desperta o interesse em reduzir a insegurança ao mitigar as diferenças sociais originadas por disparidades econômicas. Finalmente, o senso de justiça pelo princípio da meritocracia traduz-se como satisfação individual quando da punição social aplicada a infratores que trabalharam para reduzir o bem-estar da sociedade como um todo ou de parte de seus membros. Ao quarto grupo pertencem fatores intangíveis que, a rigor, podem ser supridos por uma economia de mercado regida por propriedade privada e direitos daí advindos, como, por exemplo, as garantias de liberdade individual e dos direitos de propriedade, de segurança e privacidade, de estado de saúde mental e física, de mobilidade social e geográfica, de escolhas ocupacionais e de consumo, entre outras garantias. O mercado opera em um contexto social, econômico e político. Nesse arcabouço institucional, os fatores intangíveis do bem-estar individual são alvo de políticas por parte do Estado. Entretanto, nesse último grupo, existem também fatores intangíveis do bem-estar individual que não são da alçada do mercado e contexto institucional. Podem ser citados fatores como paz espiritual, harmonia familiar, adequação social e relações afetivas satisfatórias.

Como se depreende da discussão, a riqueza financeira tem grande importância no bem-estar das pessoas pela sua relação direta com a satisfação de necessidades materiais econômicas. Ela pode até mesmo ser considerada determinante nas questões de políticas públicas (Filellini, 1990). Fatores intangíveis institucionais são igualmente importantes, mas há motivos para se considerarem os aspectos intangíveis imponderáveis na formação e variação do bem-estar individual. Embora considerados externos ao âmbito do merca-

do, devem, todavia, ser considerados tanto condicionantes quanto resultantes do próprio estado de bem-estar. Isso ocorre porque a necessidade, enquanto estado de carência, pode ter origem em três *loci*: no espírito residem necessidades espirituais. Há pessoas alegadamente materialistas para quem o reino espiritual não existe. No entanto, a observação demonstra que há pessoas para as quais os valores espirituais existem e são considerados para fins de cálculo de bem-estar. Para determinados grupos, como os cristãos, o Reino dos Céus e sua justiça importam mais do que as demais coisas, denominadas conjuntamente pelo termo *acréscimo* (Bíblia Sagrada, 2010). No reino material, vigora a lei do contentamento. Quanto ao bem-estar espiritual, considerado suficiente por dogma, existe o *acréscimo*. O *acréscimo* refere-se ao reino material e compõe-se fundamentalmente do que comer, vestir e onde morar. Aliás, para os cristãos, felicidade existe e não pode ser conquistada no reino material sem o concurso da parte espiritual. O espírito, para tais pessoas, constitui-se na sede da moral e determina idealmente as paixões e, conseqüentemente, as ações. Determina, também, os sentimentos com relação ao estado de bem-estar alcançado. O segundo *locus* das necessidades é o corpo físico, onde residem dois tipos de necessidades materiais: O segundo locus das necessidades é o corpo físico. Neste residem dois tipos de necessidades materiais: a) aquelas cuja satisfação prescinde de produtos são chamadas não econômicas. São exemplos: necessidade fisiológica de eliminação de restos metabólicos e carência de afeto. São materiais, pois o corpo as experimenta e, todavia, prescindem de produtos; b) aquelas necessidades que exigem o concurso de produtos para sua eliminação são ditas necessidades econômicas. Somente essas últimas são objeto da Economia.

A felicidade é um estado de bem-estar que o indivíduo/sociedade apresenta e, para que seja objeto de avaliação para a ciência econômica, esse estado de bem-estar deve coincidir exclusivamente com o estado de satisfação de necessidades econômicas, sem influência de necessidades tanto espirituais quanto materiais não econômicas. Estendendo o argumento, podemos afirmar que a felicidade, para quem não tem vida espiritual, pode coincidir com a satisfação de necessidades materiais. Ainda assim, para ser feliz, a pessoa deve efetivamente ter essas necessidades satisfeitas, o que implica um nível de afluência de tal magnitude em que a maioria da população se julgue satisfeita com o nível de bem-estar alcançado. Mesmo no caso das pessoas que têm vida espiritual, as necessidades econômicas serão somente um elemento componente da possibilidade de sua felicidade. Materialistas escapam das necessidades espirituais, mas não das necessidades materiais. Para aqueles que têm vida espiritual, as necessidades econômicas podem ter sua importância minimizada,

mas ainda assim existirão. Não se pode afirmar que uma pessoa pode viver sem comida, roupa e onde morar, sem estudar, sem cuidados de saúde e higiene e excluída da sociedade, pois, em termos bíblicos, o acréscimo é necessário. E, inobstante a vida espiritual ser determinante no conceito de felicidade da pessoa e as necessidades materiais econômicas serem consideradas satisfatoriamente resolvidas pelo contentamento, ainda assim, o indivíduo não escapa das necessidades materiais não econômicas. Aliás, amor e afeto são *sine quae non conditio* para a vida espiritual cristã.

Pessoa alguma está livre de necessidades materiais não econômicas, embora algumas possam ser livres de necessidades espirituais e outras, ainda, minimizem a importância das necessidades econômicas. Tudo isso determina um conjunto de elementos díspares e, em grande parte, imponderáveis que devem ser tratados sob a égide do individualismo metodológico e seu axioma de que o melhor juiz de suas preferências é o próprio indivíduo (Walliser, 1994). Não há como fazer transcender esse juízo de valor pessoal sobre o estado de bem-estar individual para a esfera coletiva. Não existe homem médio, no sentido de um constructo que abarcaria idealmente em termos médios os mesmos valores dos indivíduos. Fatores intangíveis podem ser detectados, mas, quando imponderáveis, por definição, não são passíveis de mensuração. Essa é a razão das políticas públicas versarem somente sobre os elementos tangíveis do bem-estar individual. Interesse público é mero conceito operacional, pois a teoria econômica reconhece que somente indivíduos expressam suas necessidades e satisfações e também que suas funções utilidade e satisfação não são mensuráveis nem comparáveis entre si. Em políticas públicas, os objetivos eleitos são, em última instância, o que os indivíduos desejam e, portanto, não muito afastados dos elementos tangíveis do bem-estar (Filellini, 1989). Ainda assim, não se pode inferir sobre a qualidade de um conjunto infinito a partir de sua parte finita. A felicidade escapa ao alcance das políticas públicas.

Assim, todos os fatores que afetam o bem-estar individual são regidos pela paixão. Como visto, a necessidade é uma paixão e está ligada diretamente ao estado de bem-estar. A paixão incita à ação e à obtenção de novo patamar de bem-estar. Isso, no entanto, não elimina as paixões, podendo até mesmo exacerbá-las, pois o novo nível de satisfação atinge emocionalmente o indivíduo, criando novas necessidades. Independentemente do signo positivo ou negativo que se empreste a tais emoções, sentimentos de soberba, orgulho, inveja, vaidade, egoísmo, altruísmo, bondade, compaixão, misericórdia, fraternidade, solidariedade, tolerância, empatia e outros afetam o bem-estar do indivíduo, ou, antes, revelam a busca por novos níveis de bem-estar.

São especialmente os fatores intangíveis, em suas versões imponderáveis, que provavelmente estejam ligados à ideia de felicidade. Não somente são resultantes e condicionantes do bem-estar, como também para eles convergem as paixões. O nível de riqueza financeira pessoal, em relação ao dos demais, pode conduzir um indivíduo à inveja, reduzindo seu nível de bem-estar, ou à soberba e a patamares superiores de satisfação. Do ponto de vista da Economia, por serem imponderáveis, além de intangíveis, não são objetos de análise. Hipoteticamente, uma pessoa pode ter todas as necessidades materiais econômicas atendidas, ser um materialista convicto e resignar-se com algumas necessidades não econômicas insatisfeitas, tal como ser insensível à falta de harmonia familiar ou a questões afetivas. Ainda assim, se for invejosa, pode ser infeliz simplesmente por desejar o que outras pessoas possuem. Outro indivíduo, nas mesmas condições, pode ser infeliz por ambicionar ter mais do que já tem; e outro, ainda, ressentir-se de que as pessoas tenham mais do que ele próprio tem. Note-se, ainda, que pessoas perversas almejam o mal dos outros para elevar seu bem-estar. Na impossibilidade de darem vazão aos seus instintos, em decorrência das regras sociais, acabam por se sentirem infelizes.

A Economia é parte da Praxeologia, o estudo da ação humana (Mises, 2010). Toda ação é intencional, visa a um objetivo e considera os meios disponíveis. Na defesa de seu autointeresse, “almeje ou não o acúmulo de riqueza, [o indivíduo] visa sempre a dispor do que possui pelos fins que ele mesmo considera os mais satisfatórios” (Mises, 2017, p. 96). Não há como a Economia lidar com todos os fatores constituintes do bem-estar exceto utilizando-os como ilustração do axioma de que mesmo em matéria de bem-estar não econômico o indivíduo sempre buscará estar em uma melhor situação que aquela que desfruta.

3

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

A definição de ciência que estuda a satisfação de necessidades infinitas a partir do consumo de produtos obtidos com recursos finitos e escassos que se prestam a usos alternativos (Souza & Dal Ri, 2012) enfatiza o aspecto técnico da economia. Segundo Marshall (1996), a Economia é parte do estudo da Humanidade e lida com elementos materiais da vida tanto do indivíduo quanto da sociedade. Conforme Hume (2009), é um atributo da natureza humana sua inclinação a preferir no espaço e no tempo o que está perto e preterir o

que está distante. O ser humano é portador de cegueira que o faz enxergar mais nitidamente o que está perto e inferir seu valor com mais acurácia e preferir o que está distante por não se sentir tão sensível nem ao objeto em si e nem às suas variações de valor. O desconto hiperbólico (Giannetti, 2012) é um componente de erro incorporado no cálculo econômico. A ciência, em sua busca por descrever e explicar a realidade (Granger, 1994), é contraintuitiva, justamente para corrigir a visão natural do homem.

Hume (2009) adverte que a emoção registra o impacto que o homem sente diante das coisas e a razão ordena seu curso de ação diante das circunstâncias. A ação não decorre da razão, mas é apenas conduzida por ela. A razão, sozinha, não pode jamais ser motivo para uma ação e tampouco pode se opor à paixão na direção da vontade. A razão é escrava das paixões e sua função é servir e obedecer a elas, pois sozinha não pode produzir ação alguma nem gerar uma volição. Porém, como nada pode ser contrário à verdade ou à razão, exceto o que se refira a ela de alguma maneira, e dado que somente os juízos do entendimento humano o fazem, conclui-se que as paixões só podem ser contrárias à razão quando acompanhadas de algum juízo ou opinião. Assim, um afeto só pode estar errado se estiver fundado em uma suposição da existência de objetos que não existem realmente ou quando, “ao agirmos movidos por uma paixão, escolhermos meios insuficientes para o fim pretendido, e nos enganamos em nossos juízos de causas e efeitos” (Hume, 2009, pp. 451-452). O que determina o impulso no homem é a paixão. Embora a emoção gere a volição, existem paixões calmas e paixões violentas. Ambas as paixões buscam o bem e evitam o mal e comportam-se na razão direta desses determinantes. As paixões violentas soam acontecer mormente quando o objeto da paixão está próximo no tempo e espaço. Agitam a alma e podem causar desordem no humor, deturpando juízos de valor. Esses, assim modificados, são levados para dentro do cálculo econômico e alteram seus resultados, embutindo um erro sistemático.

Portanto, se “há somente um motivo que determina todas as ações de todos os homens, a saber, eliminar, direta ou indiretamente, na medida do possível, qualquer desconforto que se sinta” (Mises, 2017, p. 96), esse motivo é uma paixão. Movido por emoções, o homem empreende seus cálculos. Esse cálculo é otimizador, pois almeja eliminar sua necessidade da melhor maneira possível. A razão o guia, todavia, obedecendo às paixões. O cálculo é afetado, em especial pelas paixões violentas, que induzem ao desconto hiperbólico. Segundo Mises (2017), embora cada indivíduo tenha metas diferentes, todas as ações humanas possuem invariavelmente um único motivo, que é instalar um estado de coisas que sirva melhor ao agente do que aquele que prevaleceria na ausência da ação. O comportamento econômico é do indivíduo, mas ele o leva

para sua vida social. Em sociedade, eleitas as necessidades, podem-se eleger os bens e serviços a serem obtidos e a forma como serão produzidos. Isso não necessariamente vai se coadunar com a busca individual pelo melhor para si por parte de cada indivíduo. Smith (1985) admitia o interesse social como resultado da ação individual. No entanto, nem sempre ações individuais racional-maximizadoras de bem-estar conduzem ao bem comum. Para Tocqueville (1987), a busca pela satisfação do autointeresse reforça-se na busca pelo interesse comum. O autointeresse que preexiste potencialmente pode ser atualizado pelo interesse da sociedade. No interesse bem compreendido, o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual. A ação do indivíduo em defender os interesses coletivos é a ação que otimiza a defesa de seu autointeresse. A sociedade precisa sancionar a busca individual pelo interesse e faz isso balizada pelo que é melhor para o coletivo, de modo a formar um contraste entre o que o indivíduo quer fazer e o que a ele está permitido a fazer. Da busca pelo melhor para o indivíduo e da busca do melhor para a sociedade, constrói-se o bem-estar da sociedade, preservando-se o autointeresse individual.

A Economia fornece informações para melhor administração de uma das principais bases da vida ao preservar sua existência material e elevar seu grau de satisfação de necessidades. As pessoas produzem bens a partir dos fatores de produção e elas próprias usam esses produtos para satisfação de necessidades. A ligação entre demandante e ofertante é o produto. As trocas entre os seres humanos não se dão em um vácuo institucional, mas, sim, no arcabouço que determina as regras e garante o cumprimento dos contratos firmados. O mecanismo de mercado é um instrumento para a elevação da qualidade de vida da sociedade como um todo. O mercado é uma construção social para viabilizar a produção de bens e serviços e, evidentemente, sua distribuição e apropriação. Os seres humanos exigem produtos para a satisfação de suas necessidades materiais econômicas. A produção de um bem é uma escolha e implica, necessariamente, outros produtos deixarem de ser ofertados. Além disso, se algo foi produzido, os recursos devem ter sido remunerados, caso contrário, não teriam aquela destinação. Não existe almoço grátis. O almoço é econômico. A remuneração, também. O fato de não ser grátis, também, bem como o fato de alguns estarem satisfeitos pela refeição e outros, sofrendo, com fome não saciada. Tudo isso é econômico. E é social porque é econômico. A fome não pode ser desvinculada do almoço que a eliminaria e, por isso, elevaria o bem-estar daquele que se alimentou. E também é uma questão tanto individual, de preferências e otimização do autointeresse quanto social, pela preocupação com condições gerais de outrem.

Essa é a razão pela qual três propensões do homem são particularmente importantes para a Economia (Souza & Dal Ri, 2012). Primeiramente, a propensão à vida social. O homem é gregário. Sua natureza o impele a viver em companhia de seus semelhantes, constituindo comunidades. Isso significa que os indivíduos e sua busca por melhores condições de vida são levados para a vida em comunidade. O agente produz o seu contexto e ao mesmo tempo configura-se como produto de seu meio. As sociedades são construídas a partir dos indivíduos. Nessas circunstâncias, a existência da ordem social só se torna possível se houver estabilidade nas relações. Ações individuais que visem ao próprio bem-estar devem se coadunar com o bem-estar dos outros e, por extensão, do grupo. Por isso são criadas nas sociedades instrumentos tanto para se manter a continuidade de relações específicas quanto a própria especificação de certas relações. O indivíduo pode ser condicionado pela cultura de sua sociedade, mas a origem da cultura é sempre a partir dos indivíduos e da equalização de suas preferências com o bem-estar do grupo. A institucionalização de procedimentos, regras, leis é o cerne da cultura.

Em segundo lugar, especialização mediante divisão do trabalho se estabelece em uma comunidade quando um nível mínimo de organização é alcançado. A divisão na execução do trabalho produtivo é uma escolha política e, portanto, a resultante de um complexo sistema de forças. Da mesma forma, está ligada também à distribuição e apropriação dos frutos do trabalho. O homem é um ser político e, assim, a especialização do trabalho é também uma divisão social do trabalho. A terceira inclinação humana é sua propensão a trocas. Para a Economia, o intercâmbio é o ponto central da vida econômica devido a sua importância fundamental na elevação do bem-estar. Uma das constatações mais importantes é que todos os envolvidos ganham com uma troca voluntária. A perspectiva de ganho leva ambas as partes simultaneamente a preferirem a interação. As trocas definem as diversas estruturas de mercados como uma economia de mercado, o momento em que as ações individuais se imbricam na teia de interações coletivas.

Estudar economia é estudar o homem, a sociedade. Economia é o conjunto de relações, interações e seus encadeamentos que conformam a vida como parte de um sistema. Nesse sentido, ganha relevo a noção de que existem compostos que são percebidos por nossos sentidos cujas partes são distinguíveis, embora inseparáveis. Um sistema autopoietico constitui-se como distinto do meio circundante mediante a própria dinâmica, de modo que ambas as coisas sejam inseparáveis (Romesín & García, 1995). Segundo Romesín & García (1997), um sistema autopoietico reproduz continuamente a si mesmo. Mantém a sua organização, pois seus elementos estão dinamicamente

mente relacionados em rede de iterações que produzem elementos que integram a rede de transformações que os produzem. Uma fronteira para essas transformações é também originada neste complexo de iterações do sistema e não só serve como limite espacial para a rede de transformações como efetivamente participa dela.

Percebe-se que sistemas autopoieticos podem surgir por diferenciação da estrutura de outros sistemas. Trata-se da autopoiese de sistemas sociais. A economia e a política podem ser concebidas como sistemas sociais autorreferenciados formados a partir de uma diferenciação funcional do sistema social. A economia é o registro das práticas por meio das quais os homens administram suas relações com os recursos materiais extraídos da natureza inanimada. É determinante na ordem econômica. Já a política é relativa a práticas de administração direta pelos homens de suas relações intersubjetivas. É determinante na ordem política. A ordem econômica pode ser interpretada como uma emergência do subsistema economia enquanto estrutura diferenciada do sistema social. Isso também ocorre, *mutatis mutandis*, respectivamente, com a ordem política e a política (Théret, 1995).

Sistemas sociais autopoieticos, por sua vez, admitem interações e formam um sistema dinâmico, por exemplo: a esfera cultural da vida do cidadão em um município pode ser conceituada, definida e até mensurada. É possível, inclusive, comparar com a vida cultural de outra sociedade. É comum dizer-se que a vida social em uma pacata cidadezinha do interior é menos interessante do que a agitada vida cultural em uma capital. Esse tipo de distinção pode ser aplicado também à vida social, e mesmo à vida política. Não é razoável inferir que a vida política na capital do país seja mais intensa do que nas demais unidades federativas do Brasil?

Contudo, todas essas esferas da vida têm necessariamente ligação com a vida econômica. A produção, circulação e apropriação da riqueza não ocorrem no vazio. É tanto na interação quanto da própria interação entre as esferas que emerge o resultado e a qualidade do sistema, pois a vida é, em sua base biológica, econômica. Decisões políticas sobre alocação de recursos econômicos trazem resultados na esfera social. Na vida econômica, por mais que os homens estejam ocupados com a produção de bens e serviços, a noção mais imediatamente visível é a da elevação de bem-estar, melhor qualidade de vida que se alcança pela quantidade de bens e serviços que se consomem e aos quais se tem acesso por meio do uso da renda. Esse é o caminho para onde deve apontar o desenvolvimento de uma nação. A sociedade deve decidir sobre a organização e a estrutura do produto agregado em aspectos ime-

diatos de o quê, quanto, como e para quem produzir. E finalmente, no entrelaçamento de relacionamentos das pessoas, há a percepção social do resultado qualitativo, o desenvolvimento social advindo ou não do processo econômico. A economia é, assim, a base necessária do social, pois a interface da questão de quais bens e serviços produzir é simplesmente decidir quais necessidades satisfazer. Os termos teóricos, produtos para quem e necessidades de quem, incorporam pessoas de carne e osso à discussão tanto como agentes quanto como cidadãos. Essa ideia não é outra senão a mesma que, em última instância norteia todas as ciências, ou seja, melhora das condições da existência humana.

A vida em sociedade impõe a institucionalização. Entre as regras do jogo (North, 2001), estão o mercado e o governo. A perspectiva intervencionista do setor público conjuga o meio ambiente, o setor cultural e o social com o elemento econômico e explicita o fato de uma atividade econômica influenciar todo o contexto da vida social e, excedendo à capacidade de autogestão do sistema pelas forças de mercado, exigir a presença do Estado. Esse teria como funções econômicas a construção e a manutenção do quadro legal para o funcionamento do mercado, influenciar a alocação eficiente dos recursos econômicos, zelar pela equidade social e garantir existência de crescimento e estabilidade da economia por meio do uso de políticas macroeconômicas (Samuelson, 1993).

A tendência a separar somente o que se pode distinguir atingiu tanto a teoria quanto a prática do intervencionismo, porém, não sem contradições. Keynes (como citado em Carvalho, 1999, p. 266) argumentou que ações no sentido de maximização do bem-estar racionais em âmbito individual podem conduzir a resultados sociais indesejáveis (não passíveis de autocorreção). A distância entre a dinâmica econômica caracterizada como um conjunto comercial, financeiro e monetário, por um lado, e o bem-estar da sociedade como qualidade de vida, por outro, que já vinha sendo alvo de atenção, foi consolidada no imaginário. É nesse ponto que se começa a traçar ainda sem muita nitidez a separação entre o econômico (formação de riqueza) e o social (elevação de bem-estar pelo enriquecimento de seu patrimônio existencial) e a abrir um abismo, que Adam Smith concluía como sendo um monolito: a riqueza de uma nação é o bem-estar de sua população (Smith, 1985).

Entretanto, é junto à questão dos bens públicos que o governo encontra maior argumentação em prol de sua função econômica. A produção de qualquer bem sempre incorre em custos. Por um lado, o custo de oportunidade

no sentido de que outro produto poderia ter sido obtido com a alocação de recursos realizada em determinado bem ou serviço; por outro lado, ocorrem despesas monetárias com a alocação dos recursos. No setor público, a questão do custo alternativo é uma decisão política e as despesas, uma questão orçamentária. A decisão política leva em conta diversos elementos, entre eles: a otimização do interesse próprio do agente político concretizado no objetivo de maximização de votos, elevação do dinamismo econômico e a otimização do bem-estar desfrutado pela sociedade pela oferta de produtos. Nesse sentido, uma política pública em geral é voltada para a produção de bem-estar social, concentrando o foco dos resultados na apreensão dos benefícios da produção pela sociedade e apenas secundariamente, nos efeitos dinâmicos para a economia no sentido de crescimento econômico. Isso, na aparência. Em essência, tudo é econômico e alicerça-se no que Jacobs (2001) denomina expansão do sistema.

É a ideia de justiça social como responsabilidade do estado que desloca a atenção da produção de bens e serviços para a efetiva satisfação das necessidades das pessoas na sociedade. A própria linguagem em seus termos correntes conduz a uma separação entre o econômico e o social, quando em realidade, trata-se apenas de uma distinção de dimensões como objeto de análise e ênfases como perspectivas na abordagem do objeto. É nesse *imbróglío* conceitual que se apresenta a realidade para interpretação de políticos e suas decisões públicas, para empresários e suas escolhas de produção, bem como para a sociedade civil e nessa, os trabalhadores e suas aspirações ao bem-estar pessoal, individual e social.

Por exemplo, segundo Wilson Cano, em sua análise da economia brasileira, mudanças nas políticas públicas causaram alterações nas demandas de produtos e de investimentos que, por sua vez, resultaram no aceleração do processo regional de urbanização. Sem o devido acompanhamento de políticas públicas adequadas à nova realidade, originaram-se desequilíbrios graves cujos impactos refletiram-se nas condições de vida da sociedade. Diante dessa nova realidade, o Estado viu-se premido pelas demandas sociais por um lado e pelas restrições fiscais de outro (Cano, 2012). Como se observa em um primeiro momento, é enfatizado o aspecto tido como econômico; no segundo, ressalta-se o aspecto social; e no terceiro, vinculam-se ambos como uma só realidade. Assim, quando se enfatiza o impacto da satisfação ou não de necessidades dos produtos, fala-se de melhor ou pior condição de vida; de elevação ou redução da situação da qualidade da existência humana; da melhora ou piora da saúde, da educação, da cultura etc. e associam-se tais elementos a uma vida digna ou não do habitante e, por extensão, às condições

de sua cidadania. O termo cidadania traz em si um apelo eminentemente qualitativo no imaginário tanto individual quanto social (Castro, 2014).

Da mesma forma, quando se enfatiza o impacto ou não na produção de bens e serviços e, por extensão, no emprego dos recursos de produção, os termos utilizados denotam uma ideia de quantificação mais objetiva, de exatidão não propriamente na mensuração, mas de possibilidade de tal medição efetivamente existir. Fala-se em taxas de emprego como percentual da população economicamente ativa; em elevação do consumo de produtos em termos de produção bruta ou percentuais; refere-se à construção física de fábricas. Mesmo quando se trata de pessoas em sua vida social, ainda assim, essas são referidas como número de empregados ou uma taxa de elevação de emprego. A ideia subjacente de que quanto mais emprego houver, maior será a produção, embora sejam aspectos quantitativos que mudam a qualidade da vida econômica, fica em segundo plano. Entretanto, no fundo, é exatamente disso que se trata: mais trabalhadores podem consumir bens e serviços; mais empresários podem auferir lucros; mais impostos serão arrecadados pelo governo e maior será a receita governamental que pode ser usada para políticas fiscais expansionistas. Segundo a ótica do setor público, maiores gastos em infraestrutura, por exemplo, melhoram a vida das pessoas e promovem o desenvolvimento em sua verdadeira acepção.

Essa noção também pode ser observada na classificação da infraestrutura em duas modalidades, a econômica e a social. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2010) admite a distinção entre infraestrutura estritamente econômica e infraestrutura social e urbana para fins de análise, mas adverte, no entanto, para o reconhecimento de que a infraestrutura econômica também é social e urbana e que o que se entende por infraestrutura social e urbana também pode ser considerado infraestrutura econômica. Dessa forma, segundo a visão intervencionista, o exercício da cidadania ocorre em uma sociedade política, na qual o Estado tem importante papel na infraestrutura – quer seja econômica quer seja social –, dado que, se por um lado é necessária a oferta de bens e serviços, por outro lado, é importante como se dá a apropriação desses. Essa é a essência da vida política em termos de participação do Estado na economia (Samuelson, 1993).

A retórica da responsabilidade social do Estado no comando do sistema econômico promove e sedimenta a dissociação artificial entre os sistemas autorreferenciados inseparáveis ao alinhar conceitualmente mercado e economia e opor a esses uma dimensão social alegadamente perseguida pelo setor público. Pode-se observar isso na questão de o Estado ter como objetivo a melhora

do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O tema é tratado como se o bem-estar social não fosse resultado direto do aspecto econômico. Isso ocorre não só na discussão conceitual dos termos, como também na análise dos resultados obtidos. O IDH é aceito como um indicador qualitativo e vinculado ao desenvolvimento social e o desenvolvimento humano é definido como o processo para a ampliação da gama de opções e oportunidades das pessoas (Ipea, 1996). Trata-se, assim, de uma medida de bem-estar das pessoas pelo acesso e consumo de produtos. Isso equivale exatamente à explicitação de condições específicas de preservação da existência física e melhoria das condições de bem-estar material econômico. Os aspectos de longevidade, nível educacional e renda são incorporados ao índice por meio de complexos e sofisticados indicadores quantitativos objetivos, cujas formas estatísticas são compartilhadas por inúmeros outros indicadores consagrados. O tratamento matemático para se inferir a qualidade dos sistemas medidos é o mesmo usado para se medir as quantidades. Após exigir o crescimento econômico, o IDH utiliza-se de indicadores quantitativos objetivos para medir o impacto da base econômica – especialmente de investimentos – na condição de vida da população. Assim, o IDH é um indicador quantitativo objetivo que referencia fortemente a essência do desenvolvimento econômico em seu mais simples aspecto observável, o crescimento econômico.

Assim, a partir da proposição de esferas autopoieticas distinguíveis, mas inseparáveis, fica claro que os aspectos quantitativos do processo são passíveis de ser mensurados e sintetizados para fins de interpretação por indicadores quantitativos objetivos. E, como a qualidade do sistema depende das quantidades relativas, os indicadores quantitativos objetivos podem ser usados para apoiar/subsidiar avaliações qualitativas. A vida é econômica, pois tanto a produção, distribuição e apropriação da riqueza na forma de produtos e rendas quanto os impactos no nível de bem-estar individual e social são essencialmente econômicos. O desconto hiperbólico explica por que o impacto social tem mais relevo do que a base econômica na avaliação humana. Em uma sociedade de mercado, a satisfação das necessidades é mais próxima da maioria dos seres humanos do que a produção. Entre a produção e a apropriação da riqueza, existe uma imposição cronológica. Em um mundo material onde as necessidades são eliminadas por meio do consumo de produtos, constitui-se uma impossibilidade técnica de elevação do bem-estar sem a existência prévia da produção e distribuição desses bens e serviços que constituem o bem-estar material. A produção, a distribuição e a apropriação estão interligadas por meio dos processos monetário e financeiro, mas também cultural e jurídico,

entre outros. Toda a extensa e complexa troca de recursos e produtos entre os agentes econômicos emerge na esfera autopoiética social como desenvolvimento, ou seja, elevação de bem-estar.

4 CONCLUSÃO

A ciência econômica sustenta que o homem age sempre na defesa do próprio interesse visando a alcançar uma melhor situação (Mises, 2010). Não existe ação que não se oriente por essa causa final. Esse é o motor da ação humana e todos os homens se guiam por ele. Nesse processo, comparecem os juízos de valor dos indivíduos e os fins que eles buscam obter. O indivíduo toma decisões considerando custos e benefícios. Trata-se de um cálculo econômico. É com relação a ele que todas as coisas são valoradas, sejam objetos concretos, sentimentos, emoções ou pensamentos.

A falta de perspectiva sobre do que realmente se trata a ciência econômica levou a sociedade a criar múltiplos olhares sobre o desenvolvimento econômico e, simultaneamente, levou à exigência de a economia abordar a felicidade. A associação entre felicidade e apropriação de utilidade pelo uso de produtos soa natural porque existe uma relação direta entre ambas. No entanto, a felicidade não é passível de ser tomada como objeto de análise pela economia. A Economia lida com o cálculo econômico, a razão. Aceita as paixões como dadas. A felicidade pertence mais ao campo das paixões e menos, ao da razão. Por isso a Economia não tem muito a dizer, exceto que a vontade impulsiona a ação e essa é guiada pela razão. Trata-se de uma razão econômica, do caminho para a otimização do resultado da ação engendrada pela paixão. Felicidade é seara das paixões, das senhoras, e não de sua escrava, a razão.

Há uma relação direta entre felicidade e satisfação de necessidades materiais econômicas embora ambas não designem uma mesma e única coisa. Por esse motivo, o desenvolvimento econômico não promove automaticamente a felicidade na mesma razão que promove a eliminação das necessidades econômicas. Isso não significa que a felicidade possa ser fruto de um outro tipo de desenvolvimento material que não seja o econômico e, menos ainda, que esse outro desenvolvimento pretensamente mais qualitativo possa ser alcançado independentemente do processo econômico.

DEVELOPMENT AND HAPPINESS

Abstract

Needs can be spiritual, non-economic materials, and economic materials. The individual well-being variable depends on tangible and intangible factors. Economics studies man's challenge in satisfying infinite economic needs with finite production. Addresses the required choices. All action is generated by a passion and guided by reason. Action is preceded by calculation. Happiness is a state of well-being that transcends the scope of economic reason. The individual's action in defending collective interests is the action that optimizes the defense of his own self-interest. Economics and politics can be conceived as self-poetic social systems formed from the functional differentiation of the social system. Political decisions on the allocation of economic resources bring results in the social sphere. Decisions on production imply the qualitative social perception of the result in well-being. Development cannot generate happiness, but it provides an indispensable basis.

Keywords: Development economics; happiness; needs; well-being; economic calculation.

Referências

- Bíblia Sagrada (2010). *Bíblia Sagrada Almeida século XXI: Mateus 6: 25-34*. São Paulo: Vida Nova.
- Cano, W. (2012). *Prefácio*. In C. Brandão, *Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global* (pp. 23-28). Campinas: Unicamp.
- Carvalho, F. C. de (1999). Políticas econômicas para economias monetárias. In G. T. Lima, J. Sicsú, L. F. de Paula (Orgs.), *Macroeconomia moderna Keynes e a economia contemporânea* (pp. 258-283). Rio de Janeiro: Campus.
- Castro, I. E. de. (2014). *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Filellini, A. (1990). *Economia do setor público*. São Paulo: Atlas.
- Giannetti, E. (2012). *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Granger, G. (1994). *A Ciência e as ciências*. São Paulo: Unesp.
- Hoppe, H.-H. (2010). *A ciência econômica e o método austriaco*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (1996). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil: 1996*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: Pnud.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2010). *Infra estrutura social e urbana no Brasil: Subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas* (Vol. 6). Brasília: Ipea.

Jacobs, J. (2001). *A natureza das economias*. São Paulo: Beca.

Mill, J. S. (1974). *Da definição de Economia Política e do método de investigação próprio a ela*. São Paulo: Editora Abril Cultural.

Mises, L. von (2010). *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Mises, L. von. (2017). *O fundamento último da ciência econômica*. Campinas.: Vide Editorial, 2017.

North, D. (2001). *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.

Porter, E. (2011). *O preço de todas as coisas: Por que pagamos o que pagamos*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Romesín, H. M., & García, F. J. V. (1995). *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial Psy.

Romesín, H. M., & García, F. J. V. (1997). *De máquinas e seres vivos – autopoiese: A organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Schrödinger, E. (1997). *O que é vida?* São Paulo: Unesp.

Smith, A. A. (1985). *Riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural.

Souza, J. D. S. de, & Dal Ri, M. K. (2012). *Economia*. Ijuí, RS: Unijuí.

Théret, B. (1995). Política econômica e regulação: Uma abordagem topológica e autopoietica. In Théret, B., & J. C. de S. Braga, *Regulação econômica e globalização*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

Tocqueville, A. de (2004). *A democracia na América: Sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes.

Walliser, B. (1994). *A inteligência da economia: Uma ciência singular*. Lisboa: Instituto Piaget.